

Jornalismo e direitos infantis: a voz de crianças e jovens na produção, recepção e monitorização do discurso noticioso

LIDIA MARÔPO
CIMJ/UNL/UAL
lidiamaropo@gmail.com

Resumo:

Este artigo apresenta o estado da arte e a proposta metodológica (que inclui entrevistas e grupos focais com crianças e jovens de idades e meios socioeconómicos diversos) de uma investigação-acção em estágio inicial. Nossa proposta é debater sobre os chamados direitos de participação e suas implicações para a relação entre as crianças e os media noticiosos. A partir do ponto de vista de crianças e jovens, queremos reflectir sobre o que estes actores sociais deveriam esperar dos media noticiosos; sobre o seu direito a serem ouvidas, à liberdade de expressão e a contribuir para as decisões que as afectam directamente, inclusive no jornalismo. Pretendemos ainda elaborar uma metodologia de monitorização dos media noticiosos com a participação das próprias crianças como avaliadores das notícias sobre temas que lhes dizem respeito, promovendo o consumo crítico dos media por meio da formação para o questionamento de posições editoriais que não promovam ou que desrespeitem os seus direitos.

Palavras-chave:

jornalismo e direitos das crianças, direito à participação, literacia mediática

Introdução

Podemos analisar a relação dos direitos das crianças com o jornalismo principalmente a partir de três perspectivas: a representação de crianças e de questões que lhes dizem respeito no discurso noticioso; as crianças como receptoras das notícias e o debate sobre a literacia mediática infantil direccionada especialmente à produção noticiosa.

Este artigo pretende reflectir acerca destes aspectos – percebendo-os respectivamente a partir da produção, recepção e monitorização do discurso jornalístico – como ponto de partida para uma proposta de investigação-acção que privilegie uma posição activa de crianças e jovens na sua relação com os *media*, distinguindo-os como capazes de participar, avaliar e monitorizar o discurso noticioso no que concerne à protecção e promoção dos seus direitos.

Temos como pano de fundo para este trabalho a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), implementada em 1989 pela ONU, resultado de um longo processo de reconhecimento dos direitos infantis. O documento preconiza uma nova construção identitária para (e com) as crianças (aqui consideradas todas as pessoas dos 0 aos 18 anos) em que estas deixam de ser vistas como objecto de protecção e passam a ser consideradas sujeitos de direito, com um estatuto adaptado à sua condição de cidadãos em desenvolvimento.

Com valor de lei no plano jurídico internacional, a CDC recebeu aceitação política e moral quase generalizada, tendo sido ratificada por praticamente todos os países, incluindo

Portugal. A “linguagem dos direitos” passa a ser um caminho essencial para defender o interesse das crianças, oferecendo argumentos fundamentados e criando um fórum para acção. Soares (2005: 17) afirma que o discurso dos direitos desvia o enfoque da perspectiva das necessidades e consequentemente de uma imagem assistencialista da infância, chamando o Estado (e a sociedade em geral) a uma responsabilização plena relativamente às respostas sociais para com as crianças. Freeman (2007) assevera que, sem direitos, os excluídos podem pedir ou implorar. Com direitos, podem exigir, reivindicar.

Nesta perspectiva, a CDC legitima não só os chamados direitos de provisão (que tratam de necessidades básicas como o direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento) e os direitos de protecção (como o direito da criança a ser protegida contra todas as formas de violência física ou mental, dano ou sevícia, abandono ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, incluindo a violência sexual), mas também os novos direitos de participação (que afirmam o direito das crianças a serem consultadas e ouvidas, à liberdade de expressão e opinião, e o direito a tomar decisões em seu benefício, motivando uma atenção especial de governos e sociedade em geral ao ponto de vista das crianças).

Estes direitos de participação são considerados a grande inovação da CDC e afirmam a identidade de uma “cidadania diferenciada” para as crianças, levando em consideração as suas necessidades e capacidades (Marôpo, 2010: 39). A partir deste entendimento, exploramos a seguir a ideia de cidadania das crianças com base no conceito de “participação infantil”.

Percebemos a participação como o envolvimento das crianças em decisões que afectam as suas vidas, a sua comunidade ou mais amplamente a sociedade na qual vivem (Brady, 2007: 31). Isto envolve apoiar as crianças e jovens a pensar por si próprios, a expressar as suas opiniões e a interagir de uma forma positiva com outras pessoas (*Save the Children*, in Brady, 2007: 31), encarando-os como actores sociais competentes para exprimir opiniões, para exercer influência e tomar parte nas decisões (Sinclair, 2004). De forma ampla, participação inclui identidade, autonomia, comunicação, liberdade de escolha, possibilidade de decisão e acção (Tomanovic, 2003: 51).

Ideias e conceitos que necessitam também ser incorporados no debate sobre a relação entre crianças e media. É esta consciência da necessidade da participação infantil como elemento central para as acções que envolvem crianças que nos possibilita olhar para a questão do “lado contrário”. “Devemos questionar-nos a respeito do que as crianças deveriam esperar dos *media* – os seus direitos, não apenas como futuros membros da sociedade, como futuros cidadãos, mas como membros da sociedade, como cidadãos já no presente. Colocar a questão desta forma irá, esperamos, possibilitar uma nova forma de pensar sobre como as crianças se relacionam com os *media* e em especial no que toca a políticas relacionadas com os *media*” (Buckingham, 2009: 16).

No entanto, os direitos de participação são os que mais carecem de reconhecimento e visibilidade em termos sociais, políticos ou mediáticos (Marôpo, 2010: 38). Os direitos à liberdade de expressão e associação muitas vezes não são estimulados, ou mesmo permitidos, pelas instituições sociais que excluem as crianças de processos políticos sobre temas que lhes dizem respeito, como educação, lazer, saúde ou segurança (Thomas, 2007). Matthews (2003) fala do “carácter endémico” dessa cultura de não-participação – e da consequente negação da cidadania infantil – nas sociedades actuais. Hill *et al.* (2004) argumenta que essa ausência da voz autêntica das crianças no discurso público (incluindo o mediático) é uma das razões pelas quais elas ocupam uma posição tão marginal e vulnerável na sociedade, que as confina a um estado de impotência, à mercê dos adultos, muitos dos quais nada confiáveis.

Este debate remete directamente para a democracia participativa e a necessidade de incluir as novas gerações neste processo. A partir destas reflexões sobre a participação infantil discutiremos sobre a voz de crianças e jovens na produção, recepção e monitorização do discurso jornalístico, ressaltando os chamados direitos de participação e suas implicações para a relação entre as crianças e os *media* noticiosos

Direitos das crianças e a produção do discurso noticioso

Embora se admita uma crescente visibilidade da infância no discurso noticioso, diversas investigações continuam a denunciar a subrepresentação mediática das crianças e a negligência dos assuntos relacionados com elas (Fullerton, 2004; Muleiro, 2006; McNamara, 2004; Goonasekera, 2001 e Von Feilitzen, 1998). Esta visibilidade insuficiente (e desfocada) seria um reflexo do estatuto minoritário das crianças na sociedade, embora na verdade não sejam uma minoria em termos quantitativos, já que as pessoas com idade até 18 anos representam aproximadamente 37% da população mundial.

Nossa revisão de literatura também nos leva a crer que não é frequente que as temáticas da infância sejam abordadas numa perspectiva de direitos. Até há bem pouco tempo, assim como as mulheres, as crianças viviam “ocultas sob o manto do privado e do íntimo, um obstáculo ao seu reconhecimento público e social” (Martins, 2001: 02). Eram vistas como assunto individual das famílias e não apelavam a uma responsabilidade colectiva, não eram uma questão de debate público e político. Neste sentido, persistem enquadramentos sensacionalistas e dramáticos que, se por um lado, chamam atenção para problemas como maus tratos e violência sexual contra crianças, por outro ficam limitados a abordagem de casos singulares extremos tratados de um ponto de vista privado, em detrimento de uma reflexão sobre processos e políticas públicas para resolver os problemas (Ponte e Afonso, 2009; Ponte, 2009).

Esta realidade vem se transformando, mas as prioridades comerciais dos *media* e os constrangimentos diários da produção jornalística (como tempo, espaço e investimento) dificultam uma discussão mais profunda e contextualizada.

Além disso, autores activistas alertam para situações em que os próprios *media* funcionam como violadores dos direitos infantis quando, por exemplo, identificam directa ou indirectamente crianças em situações que possam prejudicar o seu desenvolvimento e causar estigmatização ou constrangimentos de qualquer natureza. Embora a referência ao direito à preservação da identidade em casos de crianças vítimas ou autores de violência (ou em situações que lhes possam causar constrangimentos) esteja explícita na CDC, em legislações nacionais de muitos países e nos códigos deontológicos de jornalistas em diversas partes do mundo, ainda é relativamente frequente o uso de marcas de identificação no discurso noticioso.

Estas reflexões remetem para a discussão sobre o estatuto minoritário das crianças na sociedade e sobre o “adultocentrismo” no discurso noticioso (Muleiro, 2006: 80). A infância, enquanto categoria construída em oposição à idade adulta como norma, é silenciada nos *media* como reflexo do processo hegemónico em que o poder social e político está exclusivamente nas mãos dos adultos, que governam e organizam as sociedades a partir dos seus pontos de vista e em função dos seus objectivos e interesses (Moeller, 2002: 43).

Nesta perspectiva, o jornalismo em geral parece reconhecer as necessidades assistenciais e de protecção das crianças, representando-as predominantemente como vítimas, recipientes das políticas governamentais ou alvo de cuidados; o que remete para uma cidadania passiva na qual os adultos sobrepõem os seus pontos de vista, enquanto as crianças são silenciadas e negligenciadas como sujeitos de interesse político e social.

As crianças não são fontes de informação em igualdade de condições com outras fontes, sua voz não é citada com frequência nas notícias ou aparece apenas como ilustração colorida/curiosa e raramente numa perspectiva de análise da situação (Muleiro, 2006; ANDI, 2003; Marôpo, 2009). Os temas que lhes dizem respeito são debatidos quase exclusivamente pelos adultos, autoridades, docentes, especialistas em saúde, psicólogos, sociólogos etc. Além disso, estas pesquisas apontam que as vidas cotidianas das crianças são pouco representadas e que está ausente a cobertura do estatuto das crianças na sociedade.

Em geral, entre os defensores dos direitos das crianças há uma tensão entre a necessidade de maior visibilidade para as questões da infância e uma cultura mais

protecionista. A defesa de uma prioridade absoluta da privacidade pode ser fundamentalista e impedir histórias noticiosas em que crianças e adolescentes assumem um papel ativo e protagonista, como em casos noticiados em 2008 e 2009 em Portugal: a primeira menina no lêmen que conseguiu anular o seu casamento forçado; os vários casos de adolescentes a quererem viajar sozinhos pelo mundo; a luta de uma menina britânica de 13 anos pelo direito a recusar tratamentos médicos dolorosos e a “morrer em casa” ou a batalha judicial/midiática de uma menina de 15 anos contra a adoção do seu filho de dois anos decretada pelo Estado português. Permanece por discutir como se consegue o equilíbrio entre a maior necessidade de proteção das crianças em relação a outros grupos sociais e o seu direito à participação, que exige um reconhecimento mais amplo da sua esfera de autonomia.

Por outro lado, nossa investigação recente afirma que os jornalistas demonstram sensibilidade e interesse para ouvir as crianças, mas parecem não encontrar um ambiente profissional e social favorável para fazê-lo (Marôpo, 2010: 305):

- Estes não se sentem preparados para entrevistar crianças e não sabem em que circunstâncias devem ouvi-las; sentem-se diante de um tribunal onde são criticados por exhibir as crianças e ao mesmo tempo também por não lhes dar voz; Apontam o problema da falta de representatividade das crianças e jovens, que quando falam individualmente são apenas “personagens para ilustrar.”
- Afirmam que as instituições – sejam escolas, centros de acolhimento ou centros de educação para delinquentes, entre outros – dificultam o acesso às crianças e jovens e também não incluem a perspectivas destes actores nos documentos que divulgam.
- Falar com crianças também exige um maior investimento de tempo e recursos, já que não se pode entrevistá-las por telefone ou por correio electrónico, por exemplo.
- Alguns afirmam que, em muitos casos, a opinião das crianças não é tão importante porque elas “não percebem o que está a acontecer”.
- Por outro lado, é bastante significativa a percepção de alguns jornalistas: “os adultos que falam pelas crianças não são donos das verdades destas”.
- A desconfiança de que o excesso de protecção pode impedir que as crianças falem livremente sobre os seus direitos convive ao lado do desconforto de entrevistar crianças vítimas.
- O sentimento de que é mais fácil ouvir testemunhos indirectos através de pais e educadores contrapõe-se à percepção de que há muitas teorias acerca do abandono escolar, por exemplo, mas pouco se sabe sobre o que as crianças pensam e sentem sobre isso.

Em suma, no domínio da produção do discurso noticioso nossa revisão de literatura aponta para uma crescente representação mediática das crianças, mas ainda uma escassez de enquadramentos na perspectiva dos direitos. Além disso, aponta para uma ausência de participação das crianças como fontes de informação numa perspectiva de análise das questões que lhes dizem respeito.

Direitos das crianças e a recepção do discurso noticioso

A partir destas reflexões, chamamos atenção para a importância de se investigar a percepção das próprias crianças sobre o que são as notícias que abordam temas que lhes dizem directamente respeito e como elas acreditam que este discurso noticioso deveria ser.

Em Portugal, encontramos somente três estudos (todos parte do projecto de investigação Crianças e Jovens em Notícia, financiado pela FCT) que analisam a opinião de crianças e adolescentes sobre a cobertura jornalística de temáticas que lhes dizem respeito, entre outros aspectos da sua relação com os *media* noticiosos.

O estudo exploratório de Malho, Pato e Tomé (2009) ouviu em 2007 um total de 246 crianças de ambos os sexos, a maioria entre os nove e dez anos, de escolas públicas que atendiam a vários estratos sociais em Lisboa e Castelo Branco. Um total de 56% dos entrevistados (137) declarou ter "hábito de ler jornais", sendo o desportivo A Bola o mais referido pelos meninos e o diário popular Correio da Manhã pelas meninas. De um total de 107 que responderam à questão sobre se conversam acerca das notícias que lêem, ouvem ou vêem, a maioria (55%) afirmou não conversar com quem quer que seja. Muitos não se recordavam de notícias que referiam outras crianças e jovens mas, dentre os que lembravam, as matérias sobre questões ligadas ao risco social eram predominantes (crianças abandonadas ou casos específicos de crianças maltratadas e assassinadas, nomeadamente o chamado Caso Joana). No município de Castelo Branco, no entanto, muitos lembravam de notícias positivas veiculadas nos jornais regionais nas quais eles próprios ou colegas eram protagonistas (campeonatos desportivos e escutismo estiveram entre os temas citados).

Os outros dois estudos, coordenados por Carvalho, dão voz a crianças e jovens institucionalizados (tanto no sistema de protecção, como também os que cumprem medidas no sistema tutelar educativo).

Segundo os dados de Carvalho et al. (2009), a televisão é destacada pelas crianças nas instituições de acolhimento em detrimento dos jornais e revistas (nem sempre de fácil acesso), e é vista como mais credível porque a imagem funcionaria como uma prova de verdade. Notícias não relacionadas directamente com crianças – de áreas como desporto, espectáculos, comportamentos, culturas e consumos e ocorrências sociais, como acidentes, por exemplo – são lembradas mais frequentemente pelos entrevistados, enquanto notícias sobre crianças são referidas a partir da representação destas como vítimas em acontecimentos marcantes como o tsunami ou o 11 de Setembro. Mais uma vez, as notícias sobre crianças referidas pelos entrevistados remetem para situações em que estas são vítimas, especialmente de maus-tratos, abandono ou negligência. Casos específicos como o chamado Caso Maddie ou o já citado Caso Joana remetem para o medo de que situações semelhantes acontecessem com eles próprios. Dos poucos que referiram terem sido objecto de notícia, a partir da intervenção institucional a que estão sujeitos, a grande maioria apreciou a experiência e demonstrou consciência dos seus direitos, especialmente o de não ser identificado (Carvalho et al., 2009: 189).

Já os jovens que cumpriam medidas em centros educativos revelaram um "elevado interesse pelas notícias, tanto de jornais como de televisão" com o objectivo de se manterem informados, aumentarem os seus conhecimentos e ocuparem o tempo livre (Carvalho e Serrão, 2009: 199). Também como uma forma de ligação ao exterior, tanto à sociedade em geral como ao seu lugar de origem específico. Aqui as notícias mais mencionadas têm como protagonistas crianças e jovens, e novamente as questões do risco social prevalecem, com referências a situações noticiadas em que estes são vítimas ou apresentam comportamentos desviantes. Quando o tema da notícia é crime as investigadoras identificam uma grande ambivalência nos entrevistados. Por um lado, uma atitude de perplexidade e choque pelas consequências dos actos delinquentes e uma aparente reflexão. Por outro lado, alguns nutrem um sentimento de identificação e admiração por seus actos serem expostos nas notícias. Raras são as referências a notícias que os marcaram positivamente, em geral sobre o desporto ou sobre a sua terra de origem. A maioria dos jovens entrevistados no estudo afirma que a juventude é tratada de modo negativo pelos media, sendo desvalorizada pelos adultos: "a maior parte dos jornais só fala da porcaria que os jovens fazem, nunca falam das coisas boas que eles fazem" (apud Carvalho e Serrão, 2009: 201). Nesse sentido, os jornalistas são vistos como "intrometidos na vida alheia", que muitas vezes não ocultam devidamente as suas identidades, faltam com a ética e com o respeito. Como medida para minimizar estes problemas e promover uma cobertura mais contextualizada, sugerem uma maior interacção dos profissionais do jornalismo com aqueles que são visados nas notícias.

No Brasil, Delorme (2008), que acompanhou durante um ano uma turma de uma escola pública no Rio de Janeiro de crianças de 7 anos, afirma que pais e professores não costumam

conversar com as crianças sobre o que vêem na televisão, pelo menos numa perspectiva crítica. Segundo dados do Ibope as crianças de 4 a 11 anos vêem cinco horas de televisão por dia no país. Os telejornais aparecem em oitavo lugar entre os programas mais vistos, embora as crianças do estudo sejam unânimes em afirmar que detestam telejornal e que preferem desenhos, novelas, programas humorísticos e o Big Brother.

Se detestam, porque assistem ao telejornal? Segundo a investigadora porque os adultos impõem o programa e as crianças preferem permanecer por perto como uma possibilidade de convivência (embora nada interactiva) com os pais. “Elas dizem que ficam ouvindo enquanto brincam com bonecas, com jogos ou fazendo desenhos e que, apenas quando o assunto lhes interessa, elas correm para ver a notícia” (Delorme, 2008: 148). Outro motivo apontado é a necessidade de parecer uma “pessoa bem informada”, poder comentar as notícias e não ser criticado pelos colegas por estar “por fora” do que acontece (Delorme, 2008: 149).

A investigadora destaca ainda as notícias de televisão como fonte diária de alimentação de um sentimento de medo pelas crianças, por várias razões. Para essas crianças de classes populares, as suas comunidades são notícia como cenário de violência, mortes e tráfico de drogas, em acontecimentos que remetem ao medo da chegada da polícia, esta vista como a maior ameaça. O estudo cita também o medo suscitado pelo noticiário de factos imprevisíveis ou incontroláveis, no que a autora define como “medo do fantástico”. As crianças referem catástrofes naturais como o tsunami e a aparição de objectos não identificados, como discos voadores. Por último, é identificado o medo suscitado nas notícias ao que Delorme chamou de “crime-trânsito”, com referências a episódios violentos em determinadas vias da cidade, onde certos crimes têm relação directa com o trânsito.

Uma última conclusão da investigação de Delorme refere-se a invisibilidade destas crianças e familiares no discurso noticioso televisivo. As notícias não destacam a vida da maioria dos que vivem nessas comunidades, mas iluminam os problemas gerados por uma minoria percebida por estes como poderosa e ameaçadora.

Por este motivo, quando a investigadora propôs que as próprias crianças produzissem um telejornal, elas demonstravam grande vontade de ser repórteres de televisão, mas não de serem objecto da notícia. “Se eles são negros e pobres, como pensam que sejam todos os bandidos, é natural que generalizem essa compreensão de modo a temerem ser notícia, e, assim, torna-se muito mais seguro, interessante e confortável noticiar, anunciar como se fossem jornalistas da televisão” (Delorme, 2008: 164).

Já o estudo de Fischberg (2007), que analisou duas turmas escolares de crianças em torno dos 11 anos (uma escola particular e outra pública), também no Rio de Janeiro, apresenta um retrato mais optimista da relação entre crianças e os media noticiosos. A autora afirma que estas possuem “um conhecimento apurado de media, inclusive impressa” (Fischberg, 2007: 136).

Embora não vejam com bons olhos os jornais (por causa do formato e também do conteúdo), as crianças reconhecem a sua importância tanto pela necessidade de informação como pela possibilidade de aprendizado a partir dos periódicos. As revistas são bastante valorizadas e consideradas atraentes pelo formato da publicação e por serem dirigidas a públicos segmentados, ou seja, num único meio podem encontrar informações específicas sobre aquilo que gostam. Por outro lado, as crianças têm grande interesse por temas considerados do mundo adulto como “desporto”, “focofocas”, “moda”, “comportamento”, “música”, entre outros, que muitas vezes não estão disponíveis nas publicações destinadas a elas. Televisão e internet são dos meios mais presentes no quotidiano das crianças entrevistadas e o seu interesse também privilegia textos noticiosos cujos personagens principais são outras pessoas da sua idade e quando outras crianças desempenham o papel de repórteres.

Um último aspecto destacado por Fischberg é a conversa com pais e familiares, outro meio importante apontado pelas crianças para tomarem conhecimento das notícias e conversarem sobre elas com os colegas. “Os fatos do quotidiano da cidade, por exemplo, principalmente aqueles que se relacionam com violência, são intensamente debatidos por elas,

que se interessam não só por saber o que acontece, mas também por emitir suas opiniões” (Fischberg, 2007: 138).

A partir destes poucos exemplos de investigações portuguesas e brasileiras pretendemos aprofundar e descobrir na nossa investigação novos aspectos que contribuam para um melhor conhecimento sobre a relação entre as crianças e o discurso noticioso. Conhecer melhor essa relação é fundamental é um subsídio fundamental para nossa proposta de monitorização do jornalismo em parceria com as próprias crianças.

Direitos das crianças e a monitorização do discurso noticioso

Encontramos algumas experiências pontuais de monitorização de temáticas da infância nos media noticiosos em estudos académicos, mas destacamos o trabalho regular, abrangente e profissionalizado da Agência de Notícias dos Direitos da Criança (ANDI), de origem brasileira, que espalhou sua metodologia de trabalho por instituições de 13 países da América Latina (Rede ANDI) e incentivou experiência similar em outros países como Moçambique, por exemplo.

A organização não-governamental funciona ao mesmo tempo como promotora do agendamento da infância nos media e como um observatório crítico e propositivo dos mesmos, utilizando a sua plataforma digital como meio fundamental para divulgar suas acções, que incluem prémios para produções jornalísticas que promovam os direitos da criança, títulos de Jornalista Amigo da Criança, banco de fontes de informação, formação e manuais para jornalistas e fontes, além de *clipping* diário de notícias de temas relacionados às crianças.

Considerada uma referência no trabalho de monitorização dos direitos das crianças nos media noticiosos, a ANDI, no entanto, não privilegia a voz das crianças nas suas análises. Especialistas das mais diversas áreas, jornalistas e fontes de informação têm espaço nos relatórios da entidade sobre a cobertura, mas as crianças e adolescentes estão ausentes, inclusive nos relatórios “A Mídia dos Jovens”, que analisam publicações especialmente destinadas ao público juvenil.

Uma excepção é o estudo “Mais janela que espelho: a percepção de adolescentes com deficiência sobre os meios de comunicação na Argentina, no Brasil e no Paraguai”. Em entrevistas individuais e grupos focais foram ouvidos 67 crianças e adolescentes de 11 a 13 anos com diferentes tipos de deficiência (intelectual, visual, auditiva e física), provenientes de famílias de baixa-renda e de classe média-alta dos três países.

Será que os adolescentes com deficiência vêem notícias que espelhem as suas condições? Pessoas com deficiência são pautas nos telejornais? As respostas às questões colocadas pelos investigadores apontaram para a escassez de textos noticiosos ou para a sua ocorrência remota. Os entrevistados destacam peças sobre violação de direitos de pessoas (adultas) com deficiência, mas afirmam que raras vezes encontram notícias em que estas pessoas são crianças ou adolescentes (Andi, 2008: 34). Além disso, os entrevistados referiram que a exploração da pessoa com deficiência, para gerar sentimentos de compaixão ou constrangimento, acontece com frequência, mas não é comum a televisão mostrar pessoas com deficiência em uma posição digna (Andi, 2008: 34).

Entre outros aspectos, a Andi concluiu que de uma maneira geral os adolescentes apontaram poucos casos de notícias sobre pessoas com deficiência e menos ainda que tratassem sobre adolescência e deficiência. Os adolescentes com deficiência pouco se vêem na programação convencional de TV, queixam-se do excesso de violência e “baixarias” e se pudessem incentivariam textos noticiosos sobre a vida das pessoas com deficiência. As telenovelas foram o género televisivo mais lembrado por apresentar personagens com deficiência.

A invisibilidade dos adolescentes com deficiência nos media pareceu contribuir para que os entrevistados se mostrassem mais sensibilizados com notícias sobre crianças em situação

de rua, vítimas de abuso, miséria ou pobreza, “como se as suas condições não contassem ou como se os direitos dos outros fossem mais violados do que os seus próprios” (Andi, 2008: 39).

Além desta experiência pontual da ANDI, encontramos alguns poucos exemplos de participação de crianças na monitorização dos seus direitos no discurso noticioso.

No projecto desenvolvido pela Associação Mundial de Jornais, em 2003, intitulado “Crianças nos Jornais”, estudantes entre os 10 e os 12 anos de 24 países dos cinco continentes, num total de 70 turmas escolares, leram durante uma semana jornais locais, seleccionaram, discutiram e classificaram notícias com foco em crianças.

A partir de uma classificação feita pelas próprias crianças, acompanhadas dos professores, as notícias foram divididas nas seguintes categorias: crianças como vítimas (31,03%), crianças na escola (18,06%), crianças são brilhantes (16,59%), crianças na política (9,62%), crianças em conflito com a lei (7,69%), crianças que ajudam outras (4,42%). A análise destes dados pelas crianças resultou em três recomendações principais do público infantil para os jornalistas (AMJ, 2004: 03):

1. Os jornais devem promover uma cobertura mais ampla das temáticas das crianças, as más notícias devem ser balanceadas com exemplos de melhorias nas vidas das crianças, especialmente as que incluem o esforço delas próprias;

2. Mais cobertura sobre temas que tocam a sua vida quotidiana, apresentados de uma maneira que facilite a sua compreensão.

3. Mais entrevistas com crianças que permitam expressar as suas necessidades e opiniões.

“Se os jornais querem manter estes jovens leitores, as crianças demandam: mais notícias sobre crianças em linguagem simples e compreensível; páginas diárias para crianças; revistas mensais para crianças; boas notícias sobre crianças; mais sobre entretenimento para crianças, tais como skates, CDs, filmes e vídeos; e mais sobre as muitas coisas boas que as crianças fazem por outras crianças. Como disse uma turma: “Mais sobre crianças, crianças como nós” (AMJ, 2004: 09).

No mesmo ano de 2003, o projecto “*Empowering Children and Media*”, da ONG Media Monitoring África, analisou a cobertura noticiosa na África do Sul sobre a infância. As crianças e adolescentes participantes concluíram que têm pouca visibilidade nas notícias e quando aparecem estão predominantemente representadas como vítimas. Neste sentido, recomendam que os media devem fazer um esforço para representar crianças em papéis mais positivos. Por outro lado, elogiam a ajuda dos media para encontrar crianças desaparecidas (Daya, 2004).

Financiada pela Save the Children Suécia e pela Unicef, a ONG desenvolve regularmente um trabalho pioneiro que inclui workshops participativos com as crianças para o monitoramento da cobertura de jornais, rádio e TV. A partir desta metodologia de inclusão das crianças no monitoramento da cobertura noticiosa sobre as questões que lhes dizem respeito, foi lançado em 2010 a publicação “*Children’s views not in the news – portrayal of children in South African Print Media 2009*”.

Um outro exemplo que podemos citar é o website *Voices of Youth*, criado pelo Unicef com o objectivo de promover o diálogo entre crianças de todo o mundo sobre os mais variados temas que lhes dizem respeito. Em 2009, entre diversas temáticas, o fórum de discussão virtual do *site* discutiu também a cobertura mediática sobre crianças e jovens. *How good is media coverage of young people?* Foi a pergunta inicial para o debate. Embora os dados não obedeçam a critérios científicos, vemos esta análise das crianças sobre a sua representação noticiosa como um reconhecimento da Unicef da importância da participação das crianças nos media. O *website*, segundo a entidade, pretender ser uma plataforma para que as crianças possam ser ouvidas pela sociedade, como estímulo para uma melhor representação mediática de crianças e adolescentes, para o desenvolvimento da literacia mediática, para a promoção da auto-estima, para uma compreensão do mundo por meio de novas lentes e como inspiração para a acção e senso de responsabilidade na família, escola e comunidade onde estão inseridos.

Estes projectos, no entanto, são experiências localizadas e/ou pontuais. A participação de crianças e adolescentes na monitorização das notícias que lhes dizem respeito parece estar ausente dos debates sobre educação para os media e também dos vários exemplos que conhecemos de programas mediáticos de diversos países feitos com a participação das crianças.

Os objectivos e a proposta da investigação

A partir deste cenário de fraca atenção à participação das crianças na produção, recepção e monitorização do discurso jornalístico pretendemos delinear uma proposta de investigação-acção com foco em cinco objectivos centrais:

- Reflectir sobre o que as crianças deveriam esperar dos media noticiosos, partindo do ponto de vista destes actores sociais sobre a questão, considerando-os não como futuros cidadãos, mas como membros da sociedade, como cidadãos já no presente.
- Debater sobre como os chamados direitos de participação, considerados a grande inovação da CDC, são considerados no discurso noticioso. As crianças têm direito a serem ouvidas, à liberdade de expressão e a contribuir para as decisões que são tomadas a seu respeito. No entanto, não são fontes de informação frequentes nas notícias, que dão escassa atenção aos seus pontos de vista e às suas iniciativas enquanto actores sociais.
- Elaborar uma metodologia de monitorização dos media noticiosos com a participação das próprias crianças como avaliadores críticos das notícias sobre temas que lhes dizem respeito.
- Promover o consumo crítico dos media, na perspectiva da formação de crianças e jovens para uma leitura crítica das notícias e, também, para serem autores de denúncias (juntamente com outros sectores da sociedade) quando os seus direitos são desrespeitados no discurso jornalístico.
- Analisar, a partir de entrevistas com crianças e jovens que foram notícia, como as suas vidas foram afectadas por terem sido alvo de atenção mediática. Como as notícias influenciam na maneira como estas crianças se vêem agora ou como se verão no futuro? Como as crianças se sentem sobre o que disseram numa entrevista? Que tipo de oportunidades ou constrangimentos a visibilidade mediática lhes proporcionou? (Fullerton, 2004: 512).

Como metodologia utilizaremos encontros periódicos e entrevistas em profundidade com quatro grupos focais, formados por cerca de dez membros cada: crianças (8 a 12 anos) e jovens (13 a 17 anos), de famílias de baixos e médios rendimentos. A ideia é acompanhar as suas atitudes, seus usos, comportamentos e opiniões acerca do discurso noticioso; promover o debate sobre o que pensam e como vêem os seus direitos e criar em parceria com eles um manual prático de monitorização dos direitos da criança. Este poderá ser utilizado em projectos de educação mediática que incluam a monitorização dos media com as próprias crianças como avaliadores críticos das notícias sobre temas que lhes dizem respeito.

Paralelamente, iremos entrevistar crianças e jovens que foram notícia e adultos que foram notícias na infância ou juventude em contextos positivos e negativos para debater como as suas vidas foram afectadas por terem sido alvo de atenção mediática. Nossa proposta é sistematizar as possíveis consequências positivas e negativas para crianças e jovens expostos aos media, um conhecimento que também auxiliará na produção do manual referido anteriormente.

Nosso intuito é fomentar uma leitura crítica das notícias, construir um sistema de monitorização dos media noticiosos com a participação das crianças e estimular a que estas

exerçam a sua parcela de poder a partir do questionamento de posições editoriais que não promovam ou que desrespeitem os seus direitos.

Referências Bibliográficas

- AMJ, Associação Mundial de Jornais (2004). *Children in newspaper – a global content study*. Paris: AMJ.
- ANDI (2003). *Infância na mídia: a criança e o adolescente no olhar da imprensa brasileira*. Relatório 2002/2003. Brasília: ANDI.
- ANDI/Rede ANDI (2008). *Mais janela que espelho: a percepção de adolescentes com deficiência sobre os meios de comunicação na Argentina, no Brasil e no Paraguai*. Brasília: ANDI.
- BRADY, B. (2007). Developing children's participation: lessons from a participatory IT Project. *Children & Society*, 21, 31-41.
- BUCKINGHAM, D. (2009). Os direitos das crianças para os media. In PONTE, C. (ed.). *Crianças e jovens em notícia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CARVALHO, M. J. L.; SERRÃO, J. (2009). A voz de jovens em instituição (sistema tutelar educativo): percepção e representações de jovens dos centros educativos sobre os media. In PONTE, C. (ed.). *Crianças e jovens em notícia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CARVALHO, M. J. L. et al. (2009). A voz de crianças em instituição (sistema de protecção): percepção e conhecimento sobre os media. In PONTE, C. (ed.). *Crianças e jovens em notícia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- DAYA, B. (2004). Empowering children & media: five key monitoring results. *News on children, youth and media in the world*, nº 2. Disponível em <http://www.nordicom.gu.se/cl/publ/letter.php?id=4#Empowering%20Children%20&%20Media:%20Five%20Key%20Monitoring%20Results> (Acesso em 25.02.11).
- DELORME, M. I. (2008). *Domingo é dia de felicidade: as crianças e as notícias*. Tese de doutoramento em Educação, Universidade Católica do Rio de Janeiro. Brasil. Disponível em http://www2.dbd.pucRio.br/pergamum/tesesabertas/0510364_08_pretextual.pdf (Acesso em 25.02.11)
- FISCHBERG, J. (2007). Criança e jornalismo: um estudo sobre as relações entre crianças e mídia impressa especializada infantil. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Brasil. Disponível em http://www2.dbd.pucRio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqttes=0510441_07_Indice.html (Acesso em 25.02.11).
- FREEMAN, M. (2007). Why it remains important to take children's rights seriously. *The International Journal of Children's Rights*, 15, 5-23.
- FULLERTON, R. S. (2004). Covering kids: are journalists guilty of exploiting children? *Journalism Studies*, 5 (4), 511-524.
- GOONASEKERA, A. (2001). *Children in the news: an examination of the portrayal of children in television and newspapers in 13 Asian countries*. Singapura: MCRAI Centre.
- HILL et al. (2004). Moving the participation agenda forward. *Children & Society*, 18, 77-96.
- MALHO, M. J.; PATO, I.; TOMÉ, V. (2009). Vozes de crianças: estudo exploratório. In Ponte, C. (ed.) *Crianças e Jovens em Notícia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MARÔPO, L. (2009). Fontes de informação e direitos da infância na cobertura jornalística portuguesa. In PONTE, C. (ed.) *Crianças e Jovens em Notícia*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Marôpo, L. (2010). *A mediação na construção de uma identidade de direitos da infância: representações jornalísticas de crianças e adolescentes em Portugal e no Brasil*. Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa.
- MARTINS, P. C. (2001). O mau trato infantil na comunicação social. Mealibra - *Revista do Centro Cultural do Alto Minho*, 8, série 3.
- MATTHEWS, H. (2003). Children and regeneration: setting an agenda for community participation and integration. *Children & Society*, 17, 264–276.
- McNamara, 2004
- MOELLER, S. (2002). A hierarchy of innocence - the media's use of children in the telling of international news, in *Press/Politics* 7(1): 36-56.
- MULEIRO, H. (2006). *Al margen de la agenda – Noticias, discriminación y exclusión*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- PONTE, C; AFONSO, B. (2009). Crianças e Jovens em Notícia – Análise da cobertura jornalística em 2005. In PONTE, C. (ed.). *Crianças e Jovens em Notícia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- PONTE, C. (2009). Os nossos filhos e os filhos dos outros. Linguagens jornalísticas na imprensa. *Actas do I Congresso Internacional sobre Intervenção com Crianças, Jovens e Família*. Braga.
- SINCLAIR, R. (2004). Participation in practice: making it meaningful, effective and sustainable. *Children & Society*, 18, 106-118.
- SOARES, N. F. (2005). *Infância e direitos: participação das crianças nos contextos de vida – representações, práticas e poderes*. Tese de Doutoramento em Estudos da Criança – Ramo do Conhecimento em Sociologia da Infância, Universidade do Minho. Portugal.
- THOMAS, N. (2007). Towards a theory of children's participation. *The International Journal of Children's Rights*, 15: 199-218.
- TOBIN, J. (2004). Partners worth courting: the relationship between the media and the Convention on the Rights of the Child. *The International Journal of Children's Rights*, 12: 139-167.
- TOMANOVIC, S. (2003). Negotiating children's participation and autonomy within families. *The International Journal of Children's Rights*, 11, 51-71.
- VON FEILITZEN, C. (1998). Introduction. VON FEILITZEN, C.; CARLSSON, Ulla (Eds.) *Children and media violence*. Goteborg: Nordicom.

